



1 Ao 01 dia do mês de julho de 2025, às 16hs e 15min, nas dependências da Secretaria
2 Municipal de Saúde de Aracruz, foi realizada a 04ª Reunião Extraordinária do Conselho
3 Municipal de Saúde de Aracruz, conforme convocação prévia. A reunião foi presidida pelo
4 Senhor Fábio Barcelos Pimentel, com a presença dos Conselheiros: Isis Cruz Meira
5 Quinonez, Marcela Valentim de Vargas, Valci Ribeiro Teodoro, Silvana Martins Guilherme
6 Araújo, Barbara Campagnaro Sarcinelli, Vicente Penteado Vizioli, Cintia de Jesus, Márcia
7 Fabiana Gonçalves, Vitor Boamorte Silva, José Gonzaga Devens e Marcia Silva Bobbio.
8 Após verificação de quórum regimental, o presidente deu início à reunião, dando boas-vindas
9 e agradecendo a participação de todos. Em seguida foi lido os pontos de pauta constante da
10 **convocação de nº 09: Apreciação da Ata da Reunião Ordinária do dia 27 de maio de 2025;**
11 **Apreciação do Plano de Trabalho do Programa Especial de Saúde do Rio Doce; Escolha do**
12 **representante para compor o Grupo Técnico Municipal (GTM) para elaboração do Plano**
13 **Municipal de Saúde (PMS) - Decreto nº 48.842, de 21/05/2025; Apreciação das propostas de**
14 **alteração do Regimento Interno e da Lei Municipal nº 2633/2003.** **Primeiro ponto de pauta:**
15 **Apreciação da Ata da Reunião Ordinária do dia 27 de maio de 2025;** A Ata foi previamente
16 disponibilizada no WhatsApp e e-mail de todos os Conselheiros presentes da referida
17 reunião, não houve alterações na Ata. Em seguida o Presidente submeteu a Ata a votação:
18 que foi aprovada por unanimidade. **Segundo ponto de pauta: Apreciação do Plano de**
19 **Trabalho do Programa Especial de Saúde do Rio Doce;** O Presidente expõe que o Plano de
20 rejeitos de Mariana foi apresentada na Reunião Ordinária do dia 23 de junho de 2025, e que
21 foi antecipada a reunião(do dia 25 para o dia 23) pela urgência da aprovação, pois no dia 24
22 de junho o plano já teria que esta aprovado, mas que não foi obtido o quórum na referida
23 data pela ausência de um conselheiro, desta forma o Plano foi apresentado para 08
24 conselheiros que estavam presentes, ao final da apresentação foi aprovado o Ad
25 referendum, com isso se fez necessário o agendamento desta Reunião Extraordinária. A
26 palavra é passada para a Conselheira Isis, que inicia com a apresentação do documento
27 descritivo do Plano, explica que tal plano já foi submetido ao Conselho por diversas vezes
28 desde 2022 quando foi elaborado, contudo vês ou outra tem uma alteração a ser feita, na
29 última alteração teve a oportunidade de receber recurso financeiro de em torno de
30 27milhões no ano de 2026, e ao longo de 10 anos chega a 60 milhões. A Secretária e Sub
31 estiveram em Brasília e foi pedido para reelaborar o Plano, como o Plano é de 2022, já
32 havia passado pelo Conselho, Reunião de CIF e algumas Comunidades que foram
33 atingidas, houve a necessidade de readequar para o valor que de fato será repassado. O
34 Plano que foi enviado no dia 23, já teve uma devolutiva e foi pedido para adequar nos



35 27milhões, em Brasília foi informado que teria juros nos valores ficando em torno de 30
36 milhões, o Plano foi elaborado em cima disso, quando teve a devolutiva do Ministério pediu
37 para adequar a parte técnica nos 27 milhões. Com isso foi feito a redução das ações,
38 retirando uma ação macro, que foi aquisição da Unidade Móvel e outras ações menores, e
39 que esse Plano é passível de possíveis alterações no transcurso do tempo. O Presidente
40 sugere fazer uma síntese do que já foi apresentado para os Conselheiros que não estavam
41 presentes no dia 23, e ser dado ênfase nas alterações. Dando continuidade à pauta,
42 Conselheira Isis explica que o Plano foi elaborado com base em um **diagnóstico**
43 **situacional da saúde do município**, conforme diretrizes estabelecidas no processo de
44 reparação e fortalecimento dos serviços de saúde nos territórios atingidos pelo desastre
45 sócio ambiental. destacou os seguintes componentes do diagnóstico: **Perfil sócio**
46 **econômico, produtivo e demográfico** da população, que evidenciou importantes
47 transformações nos meios de subsistência, mudanças populacionais e alterações nas
48 condições de vida após o rompimento da barragem. **Perfil epidemiológico**, apontando o
49 aumento de doenças crônicas, transtornos mentais, problemas respiratórios, e outras
50 condições que apresentam possível relação com o desastre. **Mapeamento da rede de**
51 **serviços de saúde**, com a descrição da infraestrutura disponível no município, capacidade
52 de atendimento, recursos humanos, e principais fragilidades da rede assistencial. **Análise**
53 **dos impactos percebidos pós-desastre**, incluindo relatos da população, registros em
54 sistemas de informação em saúde, e evidências que apontam para o **nexo causal** entre o
55 rompimento da barragem e os danos à saúde coletiva e ambiental. Foi feito estudo das
56 principais doenças de notificação compulsória, no pré desastre (anos 2012 a 2015) e pós
57 desastre (anos 2016 a 2019), os dados demonstrou crescentes notificações no pós
58 desastre. O plano traz subsídios concretos para o planejamento de ações mais resolutivas e
59 alinhadas com as reais necessidades da população atingida. O plano contempla 5 eixos
60 sendo eles: Eixo 1 - Fortalecimento e ampliação dos serviços de Atenção à Saúde. Ação 1 -
61 Contratar Profissional de Saúde para 01 Equipe volante para atender o território; Ação 2 -
62 Construir uma Policlínica na Orla; Ação 3 - Adquirir equipamentos e mobiliários compatíveis
63 com o estabelecimento de saúde - Policlínica a ser construída na Orla; Ação 4 - Implantar a
64 prestação de serviço especializado a partir da contratação de serviço terceiro para gestão da
65 policlínica; Ação 5 - Ampliar a oferta de medicamentos psicotrópicos na rede ambulatorial do
66 município. Eixo 2 - Fortalecimento e ampliação das ações e serviços de Vigilância em Saúde;
67 Ação 1 - Contratação de profissionais nível superior para atuação nas atividades de campo
68 da vigilância ambiental; Ação 2 - Contratação profissionais de nível técnico para atuação em



69 laboratório; Ação 3 - Locação de Veículos Utilitários para deslocamento de equipes e
70 recolhimento de amostras para monitoramento; Ação 4 - adquirir computadores equipados
71 com software de geoprocessamento licenciado; Ação 5 - Aquisição de Licença para software
72 de geoprocessamento para o monitoramento de áreas afetadas; Ação 6 - Contratação de
73 profissionais de nível superior para atuar no monitoramento de áreas afetadas por exposição
74 à agentes químicos; Ação 7 - Contratação de 01 profissional de nível superior para a análise
75 de laudos e materiais técnicos recebidos do LACEN, quanto às amostras de contaminantes
76 de água e solo; Ação 8 - Aquisição de mobiliário e equipamentos de estruturação do atual
77 laboratório do centro de controle de zoonoses e vigilância Ambiental – CCZVA; Ação 9 -
78 Aquisição de Equipamentos, insumos e material de coleta de amostras (kits) para uso da
79 Vigilância ambiental; Ação 10 - Contratação de empresa especializada em prestação de
80 serviço de mapeamento aéreo em áreas ambientais; Ação 11 - Reforma e ampliação do
81 Centro de Controle de Zoonoses e Vigilância ambiental; Ação 12 - implantar o Serviço de
82 Comunicação de Risco; Ação 13 - Construção de novo laboratório (de entomologia e
83 malacologia) no Centro de Controle de Zoonoses e Vigilância ambiental. Eixo 3 -
84 Fortalecimento, ampliação e melhorias da infraestrutura de saúde; Ação 1 - Construir de
85 Unidades Básicas de Saúde Tipo 4 - Barra do Riacho; Ação 2 - Estruturar um ambulatório
86 para tratamento de feridas; Ação 3 - Reformar e ampliar o Pronto Atendimento de Barra do
87 Riacho; Ação 4 - Aquisição de equipamentos para Atender as instalações dos Pronto
88 Atendimentos de Barra do Riacho e serviços de Urgência. Eixo 4 - Melhoria das práticas de
89 gestão em saúde. Ação 1 - Desenvolvimento de dashboard com dados orçamentários e
90 assistenciais; Ação 2 - Cursos e oficinas de atualização; Ação 3 - Desenvolver e
91 disponibilizar um painel web interativo que consolide dados assistenciais, epidemiológicos,
92 orçamentários e de obras do Programa; Ação 4 - Mapeamento de processos, auditoria
93 interna e qualificação; Ação 5 - Promover oficinas de pactuações e monitoramento do Plano
94 e ações de saúde com o Conselho Municipal e Comunidades atingidas; Ação 6 - Realização
95 de audiências periódica presenciais e online; Ação 7 - Criação de comissão de
96 monitoramento das ações do Plano. Eixo 5 - Ações de inteligência e ciências de dados e
97 serviços de saúde digital. Ação 1 - Implementa BI conectado aos bancos de dados estaduais;
98 Ação 2 - Implantar as Centrais de Auto atendimento em todos os pontos de atenção, com
99 totem e satisfação do usuário. Eixo 6 - Formação e educação permanente. Ação 1 - Ofertar
100 cursos disponíveis em plataforma digital (Ex. Moodle com módulos auto instrucionais) para
101 os profissionais de vigilância em saúde ambiental; Ação 2 - Capacitação das Equipes de
102 Saúde (formação permanente). Após a explanação, a palavra foi aberta aos conselheiros



103 para esclarecimentos e considerações. Não houve questionamentos. Após discussão, o
104 Conselho deliberou pela **aprovação por unanimidade** do Plano de Trabalho do Programa
105 Especial de Saúde do Rio Doce, sem ressalvas. A aprovação será formalizada por meio de
106 resolução específica a ser emitida pelo Conselho Municipal de Saúde. **Terceiro ponto de**
107 **pauta:** Escolha do representante para compor o Grupo Técnico Municipal (GTM) para
108 elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS) - Decreto n° 48.842, de 21/05/2025; Foi
109 esclarecido os objetivos do GTM e a importância da participação do Conselho Municipal de
110 Saúde na construção do Plano Municipal de Saúde 2026–2029. Em seguida, foi aberta a
111 palavra para indicações de conselheiros interessados em compor o grupo. Após
112 manifestações, ficou acordado nome de 03 Conselheiros: Fábio Barcelos Pimentel, Cintia de
113 Jesus e Vicente Penteado Vizioli. **Quarto ponto de pauta:** Apreciação das propostas de
114 alteração do Regimento Interno e da Lei Municipal n° 2633/2003; O Presidente informou que
115 foi instituído um grupo de trabalho responsável por revisar a lei e o Regimento Interno do
116 Conselho. Ao final dos estudos realizados, a Conselheira Mariana apresentou uma nova
117 proposta, com sugestões que visam uma melhor organização do dispositivo legal. Diante
118 disso, será necessário readequar o material previamente elaborado para contemplar as
119 novas contribuições. No entanto, em razão da ausência da Conselheira Mariana na presente
120 reunião, a discussão sobre o tema será adiada e incluída na pauta da próxima reunião do
121 Conselho. O Conselheiro Vicente manifestou preocupação quanto ao prazo para aprovação
122 das alterações na referida lei, especialmente em função do calendário eleitoral. Em sua fala,
123 considerou mais prudente realizar a eleição de novos Conselheiros somente após a
124 Conferência de Saúde, sugerindo, para tanto, a prorrogação do mandato dos Conselheiros
125 atuais. O presidente sugere já definir sobre a Separação do Processo eleitoral da
126 Conferência de Saúde, em virtude do prazo para alteração da lei. Após discussão, o
127 Conselho deliberou pela **aprovação por unanimidade**, sem ressalvas. Sugestão de Pauta
128 para próxima reunião: Prorrogação do mandato do atual Conselho por 7 meses (verificar se
129 está em conformidade com a lei). Nada mais a tratar, o Presidente Fábio encerrou a reunião
130 as 17hs e 10min, eu, Márcia Lombardi Ribeiro, secretária deste Conselho, lavrei a presente
131 ata que, após aprovada será assinada pelos conselheiros presentes e por mim.